



**Denise Pereira
(Organizadora)**

A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-283-8

DOI 10.22533/at.ed.838192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LER PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO ROMANCE O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL DE HELONEIDA STUDART	
Ioneide Maria Piffano Brion de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8381925041	
CAPÍTULO 2	10
LER, ESCREVER E VOTAR: A REFORMA DO DIREITO ELEITORAL NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881)	
Kátia Sausen da Motta	
DOI 10.22533/at.ed.8381925042	
CAPÍTULO 3	22
LITERATURA DE CORDEL: UMA POSSIBILIDADE PARA ENSINAR HISTÓRIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Luciana de Moraes Trombeta	
DOI 10.22533/at.ed.8381925043	
CAPÍTULO 4	31
MEDIÇÃO EM FOCO: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES	
Priscila Lopes d'Avila Borges	
DOI 10.22533/at.ed.8381925044	
CAPÍTULO 5	38
MÍDIA IMIGRANTE E OBITUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS DE LAZER PRESENTES NO JORNAL UCRANIANO PRACIA	
Angélica Szeremeta	
Alfredo Cesar Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.8381925045	
CAPÍTULO 6	52
"O DEFENSOR DOS DIREITOS DO POVO". CIDADANIA, DEMOCRACIA, LIBERALISMO E REPÚBLICA NO JORNAL "A LIBERDADE"	
Mariana Nunes de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.8381925046	
CAPÍTULO 7	67
O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1755: ECONOMIA, TRABALHO E POLÍCIA NO REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO	
Bianca Racca Musy	
DOI 10.22533/at.ed.8381925047	
CAPÍTULO 8	75
ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Rosimeire Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.8381925048	

CAPÍTULO 9	83
O ESPAÇO DO SAGRADO E O ESPAÇO DO TRABALHO NOS VITRAIS DA CATEDRAL DE CHARTRES (FRANÇA – SÉCULO XIII)	
Debora Santos Martins	
DOI 10.22533/at.ed.8381925049	
CAPÍTULO 10	97
O ESPECTADOR EMANCIPADO E O FIM PEDAGÓGICO DA ESTÉTICA/OBRA DE ARTE	
Michelle dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.83819250410	
CAPÍTULO 11	107
O MITO E A COMPOSIÇÃO VISUAL DOS ESPAÇOS	
Bruno Rodrigo Couto Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.83819250411	
CAPÍTULO 12	117
O RENASCIMENTO CULTURAL MODERNO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “O RENASCIMENTO” (NICOLAU SEVCENKO, 1988) - NOSSAS HERANÇAS E A CORRUPÇÃO NO BRASIL DE HOJE	
José Antonio de Andrade	
José Carlos Correia Cardoso Júnior	
Rafael Magalhães Costa	
DOI 10.22533/at.ed.83819250412	
CAPÍTULO 13	126
O SETOR AUTOMOTIVO NO GOVERNO JK: POLÍTICAS E EMPRESAS	
Fernando Marcus Nascimento Vianini	
DOI 10.22533/at.ed.83819250413	
CAPÍTULO 14	138
O TEATRO COMO FESTA: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA TEATRAL DE GEORG FUCHS	
Beatriz Magno Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.83819250414	
CAPÍTULO 15	147
O TOPÔNIMO PIRES DO RIO: A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E O SURGIMENTO DE UMA CIDADE	
Cleber Cezar da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.83819250415	
CAPÍTULO 16	156
OS ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE MURIAÉ-MG	
Arthur da Costa Orlando	
DOI 10.22533/at.ed.83819250416	
CAPÍTULO 17	167
POR UMA ARTE DO CULTIVO: AGRICULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE ÍNDIOS E COLONOS NO PARÁ DAS DÉCADAS DE 1840-1880	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.83819250417	

CAPÍTULO 18	179
PROPRIEDADE, MOEDA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DA “NOVA ORDEM MUNDIAL” PRESENTES NA OBRA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H. G. WELLS (1918-1920)	
Pedro Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.83819250418	
CAPÍTULO 19	195
REDE CAIÇARA DE CULTURA	
Bruno Tavares Magalhães Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.83819250419	
CAPÍTULO 20	204
SENSIBILIDADES DE GÊNERO: NARRATIVAS SOBRE A MORTE E OS MORTOS	
Cícero Joaquim dos Santos	
Rafael Gonçalves de Araújo	
Antônio Carlos Dias de Oliveira	
Teófilo Silva Primo Correia	
Zuleide Fernandes de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.83819250420	
CAPÍTULO 21	211
UM PROCESSO CRIMINAL NOS JORNAIS NEUTROS DO SÉCULO XIX: O ATENTADO CONTRA DOM PEDRO II	
George Vidipó	
DOI 10.22533/at.ed.83819250421	
CAPÍTULO 22	223
UMA REGIÃO ESPORTIVA OS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	
Glauco José Costa Souza	
DOI 10.22533/at.ed.83819250422	
SOBRE A ORGANIZADORA	231

PROPRIEDADE, MOEDA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DA “NOVA ORDEM MUNDIAL” PRESENTES NA OBRA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H. G. WELLS (1918-1920)

Pedro Nogueira da Gama

UFRJ

Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: Ao narrar e analisar o processo revolucionário francês do final do século XVIII, na obra intitulada *História Universal* de 1919, o escritor inglês Herbert George Wells (1866-1946), popularmente conhecido como H. G. Wells, um dos autores mais importantes da literatura “científica” do seu tempo, afirma que a ruína das instituições e da estrutura política e social vigentes teria trazido grandes dificuldades para a ordem emergente. Questões essenciais não haviam sido devidamente pensadas: como seriam encaradas a propriedade, a moeda e as relações internacionais? Considerando o tempo de reflexão do autor, essa comunicação propõe explorar algumas possibilidades interpretativas a respeito de tais conceitos que Wells considera fundamentais para a edificação da ideia de uma “nova ordem mundial”.

PALAVRAS-CHAVE: H. G. Wells, Teoria da História, Economia Política Internacional.

ABSTRACT: In his most important non-fictional work entitled *The outline of History: being a plain history of life and mankind*, published first in 1919, the english writer Herbert George Wells (1866-1946), popularly known as H. G.

Wells, one of the most important authors of the “scientific” literature of his time, analyses the French Revolution occurred at the end of the eighteenth century. According to Wells, the fall of the current institutions as well as the political and social structure had brought great difficulties to the rising order. Essential questions had not been carefully thought: how property, currency and international relations should have been handled? Considering the historical time of the author, this article explores some possible interpretations related to those concepts which were considered by Wells as crucial for the elaboration of the “new world order” idea.

KEYWORDS: H. G. Wells, History Theory, International Political Economy.

Herbert George Wells (1866-1946), popularmente conhecido como H. G. Wells, foi um dos autores mais importantes da literatura “científica” do seu tempo. Singular observador do seu tempo, Wells produziu obras em que procurou entender as múltiplas transformações do homem e das sociedades humanas, emitindo críticas e alertas. Sensibilizado pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial, Wells realizou um esforço intelectual que se tornou primordial para a sua idealização de uma “nova ordem mundial”. Entre as obras produzidas, encontra-se seu principal texto não-ficcional, *História*

Universal, publicado em 1919, sendo uma obra pouco conhecida e investigada na atualidade no âmbito dos estudos históricos no Brasil.

Em *História Universal*, ao narrar de forma dramática o processo revolucionário francês, iniciado ao final do século XVIII, Wells afirma que as conquistas da revolução, como a extinção dos privilégios ancestrais do Antigo Regime, não foram suficientes para alcançar o ideal de liberdade e felicidade igual a todos os homens. Seu declínio não ocorria por uma ausência de vigor ou ânimo, mas pela carência de ideias maduras. Segundo o autor, não é plausível amadurecê-las diante do caos e de perturbações imprevistas. Em meio à ação conflituosa, são as ideias refletidas e amadurecidas nos períodos prévios de elaboração, que podem permitir o entendimento e a efetivação das novas “oportunidades criadoras” (WELLS, 1970, p. 196).

Nesse sentido, o colapso das instituições e da estrutura política e social antigas trouxe grandes dificuldades para a ordem emergente. Questões essenciais para o autor não haviam sido devidamente pensadas: como devem ser encaradas a propriedade, a moeda e as relações internacionais?

Segundo Wells, esses não são problemas circunscritos ao contexto histórico da Revolução Francesa, mas se tornam particularmente agudos a partir desse período para o desenvolvimento da vida social e das comunidades humanas.

“Tomemos esses três problemas e indaguemos o que são e de como apareceram no mundo. A vida de todos os seres humanos está profundamente dependente da solução que for conseguida para esses grandes enigmas. Daqui por diante, toda a nossa história será, cada vez mais claramente, a história dos esforços desenvolvidos para a solução desses problemas, isto é, dos esforços para de tal modo interpretar a propriedade, de tal modo estabelecer a moeda e de tal modo controlar as relações internacionais, que se torne possível uma comunidade de vontade, universal, progressiva e feliz. São os três enigmas da esfinge do destino: a humanidade, ou os decifra ou morre.” (WELLS, 1970, p. 197).

Considerando o peso atribuído, pois envolvem conceitos que o autor considera essenciais para a edificação da ideia de uma “nova ordem mundial”, debruçei-me sobre as possibilidades interpretativas em Wells sobre essas questões e seus potenciais vínculos. Esse é, portanto, o objetivo desse artigo.

A respeito da obra, é preciso apontar que as interpretações históricas de Wells estão relacionadas ao seu próprio tempo histórico e podem ser entendidas como resultado de uma articulação singular entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Esses conceitos, propostos por Reinhart Koselleck (2014), contribuem para a compreensão de um “sentido” da história em H. G. Wells.

“Mas o que seriam “experiência” e “expectativa”? Para Koselleck, a experiência é o passado enxergado com o olhar do presente. Ou seja, trata-se de um passado incorporado que é re-atualizado. São integrantes da experiência tanto o uso consciente da razão quanto condutas inconscientes. Às experiências individuais, sempre são incorporadas as experiências de outrem. Se esse “passado presente” pode significar um “já não mais, mas ainda aqui”, então o “futuro presente” é a expectativa atual do que poderá vir a ser ou um “ainda não, mas já aqui”. As expectativas são posicionadas em um horizonte que é revigorado ou reelaborado à medida que novas experiências são agregadas e se tornam parte do universo

sabido. O horizonte se move junto com aquele que se desloca. Frente às experiências presentes, seus limites podem ser superados, gestando um novo horizonte de possibilidades.” (JASMIN, 2013, p. 388).

Em conformidade com aspectos identificados pelo historiador francês Marc Bloch (1998), a partir de seu “presente” específico, o texto do autor inglês constrói uma versão do passado e as condições de possibilidade de futuro, estabelecendo assim julgamentos, com aproximações e distanciamentos entre ambos, mas que, ao fim, tem um objetivo principal: contribuir para o aperfeiçoamento da humanidade.

Em seu artigo, Bloch percebe uma incessante preocupação do escritor com os rumos e possibilidades futuras da “humanidade”. Entende que Wells encara a história do mesmo modo que lida com as ciências físicas ou naturais, ou seja, como algo que possui uma utilidade. Bloch concorda que não é possível negar de todo o valor prático da história, assim como um papel orientador, ainda que cauteloso, nas ações humanas.

Algumas possibilidades de significados para um “sentido” da história em H. G. Wells podem ser apontadas. A própria palavra “sentido” é polissêmica. De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2004), “sentido” significa ponto de vista, modo de considerar. Mas a mesma palavra também pode significar lógica, encadeamento coerente de coisas ou fatos. Um terceiro significado remete à finalidade, propósito, aquilo que se pretende alcançar.

No caso de Wells e sua obra, há uma noção de completude que une a compreensão da história ao ofício do historiador. Por um lado, a História tem um “sentido” educacional: trazer luz e esclarecimento aos homens sobre o passado para que decidam seu caminho futuro. Mas é um engano pensar que Wells parece propor um retorno a um passado exemplar, a história como “mestra da vida”. Por outro lado, para que a História tenha uma função educadora, é necessário que a história aponte o seu propósito: tendo como “bússola” o progresso da inteligência humana e a evolução das ideias por ela concebidas, a vida em comunidade na forma de um “Estado mundial”, “universal” e “cosmopolita”, reflexo de todos os indivíduos e todas as nações, deve ser permanentemente perseguida.

Em primeiro lugar, percebe-se que o escritor inglês compreende a propriedade como um atributo natural e instintivo, remetendo essa característica para além do homem, ao mundo animal. A princípio, ele minimiza os fatores sociais relacionados à ideia de propriedade. Contudo, contraditoriamente, ao descrever uma situação hipotética, inserida em um “mito de origem” das primeiras comunidades humanas, o autor ressalta os aspectos “egoísticos” associados à ideia de propriedade.

“A instituição da propriedade tem a sua origem nos instintos combativos da espécie. Muito antes que os homens fossem homens, o macaco ancestral já era um proprietário. A propriedade primitiva é aquilo por que um animal luta. O cão e seu osso, o tigre e a sua toca, o grande veado macho e o seu rebanho, são afirmações vivas do direito de propriedade. Não é concebível expressão mais sem sentido em sociologia, do que o termo “comunismo primitivo”. O Homem Velho da família-tribo dos primeiros tempos paleolíticos afirmava-se veementemente dono e

proprietário de suas mulheres e filhas, dos seus petrechos e do campo visível do seu universo. Se qualquer outro homem vagasse neste seu universo, ele o combatia e, se pudesse, matava-o.” (WELLS, 1970, p. 197).

É perceptível, na referência ao antropólogo James Jasper Atkinson (1903) e à obra intitulada *Primal law*, as bases interpretativas de Wells sobre a conexão entre homem e propriedade. *Social origins and Primal law* é uma obra publicada em 1903, composta por dois ensaios distintos e independentes, escritos por Andrew Lang (*Social origins*) e James Jasper Atkinson (*Primal law*). Nascido na Índia e com pais escoceses, Atkinson realizou seus estudos na Escócia e, posteriormente, residiu na colônia francesa da Nova Caledônia por praticamente toda a sua vida, excetuando as viagens eventuais que fez à Inglaterra e à Austrália. Atkinson desenvolveu um profundo interesse pelas leis e costumes das comunidades nativas do arquipélago da Nova Caledônia, escrevendo sobre as mesmas, antes mesmo de se tornar familiarizado com a moderna antropologia. Ao se aproximar da antropologia, que lhe ampliou os horizontes, ele desenvolveu uma série de especulações sobre a origem da moralidade e da família. Pouco antes de falecer, seus manuscritos foram deixados aos cuidados de seu amigo, Andrew Lang. Em síntese, Atkinson observa que, em grande medida, nas sociedades ditas “primitivas”, não importando a hierarquia dos indivíduos no interior dessas sociedades, pode ser percebida a existência de códigos que regulam diversos aspectos da vida em comunidade. Entre esses aspectos, estão o casamento e as noções de propriedade.

A instituição de um “pacto social”, com o estabelecimento de regras de convivência, teria permitido que as pretensões individuais e o imperativo da vida em comunidade, em contraposição a outro agrupamento humano, pudessem se harmonizar em relação à propriedade. Para Wells, a sociedade humana surge marcada por relações de poder. Porém, deve sua perenidade a um arrefecimento das tensões entre os indivíduos, permitido por um processo de distensão do “princípio ou direito de propriedade”.

“A tribo cresceu e se expandiu, no curso das idades, como o mostrou convincentemente Atkinson, em seu *Primal Law*, pela gradual tolerância do Homem Velho, que pouco a pouco foi permitindo a existência dos homens mais novos e lhes reconhecendo a propriedade das mulheres que capturassem, fora da tribo, dos instrumentos e ornamentos que construíssem, e da caça que matassem. A sociedade humana desenvolveu-se graças à transação ou à conciliação entre propriedade de uma só pessoa e essa mais larga compreensão das necessidades da vida em comum. A evolução foi por certo o resultado das transigências e alianças impostas aos homens pela necessidade de expulsar alguma outra tribo do seu universo visível. Se as colinas e florestas e rios não eram a *tua* terra, nem a *minha* terra (grifos do autor), e só disso abria mão, porque de todo não era possível porque, nesse caso, os outros o destruiriam. A sociedade foi, portanto, desde os começos, uma mitigação do princípio ou direito de propriedade. A propriedade entre os animais e entre os selvagens primitivos foi algo de muito mais intenso e exclusivo do que a propriedade do mundo civilizado de hoje. Por isso mesmo, o seu sentimento está mais fortemente arraigado em nossos instintos do que em nossa razão.” (WELLS, 1970, p. 198).

Segundo o autor, a primeira crítica ferrenha ao princípio da propriedade teria

surgido no alvorecer do cristianismo. Mas teria sido somente no século XVIII que questionamentos agudos a respeito do poder e da vontade dos homens sobre suas propriedades surgiram. Como uma das principais motivações para as experiências revolucionárias dos setecentos, estaria a necessidade de proteção da propriedade diante dos excessos dos reis e da nobreza.

Entretanto, tendências igualitárias teriam surgido no interior do próprio movimento revolucionário francês, gerando perguntas a respeito de suas contradições internas. Por um lado, havia o anseio de defesa da propriedade privada e, por outro lado, o desejo de igualdade social entre os homens.

“Mas o mundo dos fins do século dezoito ainda se encontrava, neste último ponto (a ideia de que “um homem pode fazer o quiser com o que é seu”), no simples estágio interrogativo. Não havia conseguido nada de suficientemente claro, e muito menos de suficientemente estabelecido, para lhe conduzir a ação na matéria. Um dos impulsos primários foi o de proteger a propriedade contra a ambição e o desperdício de reis e a exploração dos aventureiros nobres. Foi para proteger a propriedade privada que a Revolução se desencadeou. Mas suas fórmulas igualitárias a levaram à crítica da própria propriedade para cuja defesa se havia levantado. Como podem homens ser livres e iguais, quando numerosos dentre eles não têm solo sobre o que ficar e nada para comer, e os proprietários não os alimentarão nem agasalharão a não ser que labutem e mourejem? E excessivamente! – queixavam-se os pobres...” (WELLS, 1970, p. 200).

Segundo o autor, o jacobinismo teria respondido a essas aspirações mediante uma “universalização” da propriedade, o que significava torná-la acessível a todos. Contudo, aqueles que ele chama de “socialistas primitivos” ou “comunistas” teriam tido como objetivo a eliminação total da propriedade. Nesse caso, seu único detentor seria o Estado.

“A este enigma, a resposta jacobina foi a de “dividir”. Desejavam intensificar e universalizar a propriedade. Visando o mesmo fim, por um outro caminho, havia, já no século XVIII, certos socialistas primitivos – ou, para ser mais exato, comunistas – que desejavam “abolir” inteiramente a propriedade privada. O Estado possuiria toda a propriedade.” (WELLS, 1970, p. 200-201).

O autor afirma que, ao longo do século XIX, houve maior clareza sobre os múltiplos significados da ideia de propriedade. Em outras palavras, buscou-se problematizar em que medida algo pode ser “privado”, a serviço de interesses pessoais, assim como o que deve ser “público”, em prol da coletividade e aos cuidados do Estado.

“Somente no curso do século dezenove é que os homens começaram a compreender que a propriedade não é uma instituição singela e única, mas um grande complexo de posses de diferentes valores e conseqüências; que muitas coisas (tais como o próprio corpo, os instrumentos de um artista, roupas, escovas de dente), constituem algo que há de sempre ser profunda e irremediavelmente propriedade pessoal e que outra grande série de coisas – estradas de ferro, maquinismos de diversas qualidades, casas, jardins cultivados, botes de passeio, por exemplo – precisa de ser objeto de análise cuidadosa e sutil para se determinar como e em que limite podem ficar algumas sob o domínio da propriedade privada e como e em que limite devem cair outras sob o domínio público e ser administradas e alugadas pelo Estado, no interesse coletivo.” (WELLS, 1970, p. 201).

No entanto, ainda que essa questão tivesse sido amplamente debatida ao longo

de mais de um século, entre a Revolução Francesa e o alvorecer do século XX, segundo Wells, o maior problema é que tal discussão era marcada menos pela racionalidade do que pelas paixões e que a ideia de propriedade permanecia incompleta.

“Temos, hoje, sobre a primeira geração revolucionária, a vantagem de cento e trinta anos de discussão e estudo mas, mesmo hoje, essa crítica da propriedade ainda é mais uma vasta e apaixonada agitação do que uma ciência. Na França do século XVIII, portanto, e com maior razão, nada mais seria possível senão aquele espetáculo de vagos e confusos movimentos populares a procurar confiscar os bens dos proprietários, enquanto as classes de pequenos e grandes proprietários agarravam-se ferozmente ao que possuíam, exigindo antes de tudo, e acima de tudo, a segurança da propriedade.” (WELLS, 1970, p. 201).

Nesse momento, é importante refletir cuidadosamente sobre as considerações de Wells, descritas até então em *História Universal*, a respeito da ideia de propriedade.

Um conceito presumível, do ponto de vista do indivíduo, é a do “objeto” que lhe pertence de modo exclusivo, em oposição ao restante de indivíduos e objetos de um mesmo universo. Desse conceito decorre a noção de direito de posse de algo ou de decidir sobre algo, mesmo que não haja posse no sentido eminentemente material. Ainda que esse direito seja, em teoria, acessível a todos os indivíduos de um determinado universo, limitações podem ser formalmente previstas. Para além das limitações formais, os requisitos e os mecanismos previstos para o exercício do direito podem impor limitações práticas, como, por exemplo, a condição socioeconômica de cada indivíduo (MARTIGNETTI, 2000, p. 1021-1022). Tal compreensão vai ao encontro das observações de Wells.

Um aspecto relevante a ser considerado é a variedade de “objetos” em diversos tipos. Para Wells, uma equiparação de “objetos” é passível de questionamento: ser dono de “escovas de dente”, um dos exemplos utilizados pelo autor, não tem o mesmo significado, no sentido socioeconômico, que ser proprietário de terras ou de uma fábrica. Torna-se imprescindível, portanto, o exame analítico dos “objetos”, de sua relação com o indivíduo ou grupo de indivíduos e como tal relação se altera no espaço e no tempo. Dito de outra forma, identificar a função social dos “objetos”, dentro de um determinado contexto histórico, social, político e econômico, é algo fundamental. Indo além, Wells propõe que o cauteloso exame, além de essencial, é urgente para decidir se certo “objeto” pode estar aos cuidados do interesse privado ou do interesse público. O autor atribui assim um significado para a “propriedade pública”: todas as “coisas” a serem “administradas e alugadas pelo Estado, no interesse coletivo”. O uso de tais palavras qualificadoras revela uma contraposição explícita entre cada uma das relações individuais, que se excluem reciprocamente. Em resumo, a propriedade pública se contrapõe à propriedade privada (MARTIGNETTI, 2000, p. 1022).

Outro aspecto que merece ênfase na digressão de Wells diz respeito à relação entre “propriedade” e “sistema econômico-social”: a propriedade privada pode ser compreendida como crucial à estrutura do sistema capitalista, atuando como um dos componentes que manobra a alocação e distribuição de papéis sociais, ocupações

e recursos econômicos, incluídos também os meios de produção. Além disso, nos comentários sobre as origens da Revolução Francesa, encontra-se implícito no texto de Wells que tal função atributiva transforma a propriedade em estrutura capaz de alterar a distribuição de poder, sendo este entendido como a “capacidade de controlar e de impor a própria vontade”. Uma vez que parte do sistema possui autonomia, mesmo que não absoluta, e é capaz de controlar recursos humanos e econômicos, assim como agir de maneira a alterar o sistema, essa parte se torna uma força política real, concorrendo com outras estruturas de poder. Isso pode ocorrer mesmo que, em um contexto histórico anterior, essa força fosse menos manifesta e atuante e estivesse em oposição, ainda que parcial, às estruturas de poder dominantes até então.

Por fim, Wells aponta que os conceitos de “liberdade” e “igualdade” estão ligados de forma conflituosa com a noção de propriedade. Por um lado, entendida como um bem exclusivo que remete à independência da necessidade e de outros homens, à estabilidade, à segurança e à garantia da possibilidade de sobrevivência, a propriedade acaba por se identificar com a ideia da liberdade, tornando-se seu símbolo. Por outro lado, sendo elemento importante da estrutura de poder, fiel da balança em sua distribuição, torna-se fator de desigualdade. Tal desigualdade, que alimenta a si mesma, reforça a oposição à ideia de liberdade pertinente à propriedade privada.

Continuando, Wells enxerga uma imprecisão conceitual semelhante no caso da moeda. Para o autor, a dinâmica social tem relação estreita com uma construção cultural: a “valia” conferida ao trabalho humano, sendo-lhe equivalente. A representação da “valia” teria sofrido inúmeras mudanças, progressivas ao longo do tempo, até que uma “confiança” fosse construída em torno de metais preciosos e moedas. No entanto, essa “confiança” teria sido atingida negativamente pela atuação dos governos, substituindo as moedas e os metais preciosos por papéis-moedas e títulos públicos, chamados de “promessas de pagamentos”, controladas pelo Estado de forma arbitrária tanto no seu valor quanto na sua circulação.

“Em estreita correlação com o vago e o impreciso das ideias dos homens a respeito da propriedade, estavam a confusão e imprecisão das suas ideias a respeito da moeda. Tanto a república americana quanto a francesa caíram em sérias dificuldades nesta matéria. É o nosso segundo enigma e, como o primeiro, não se trata de algo simples, mas de um emaranhado de costumes e convenções, leis e hábitos mentais de que brotam problemas de vital importância para a comunidade e que não admitem soluções simples. A valia que se atribui ao dia de trabalho de um homem é, manifestamente, de importância primária para o funcionamento da máquina social. E, conseqüentemente, o que se escolher para representar essa valia. Deve ter sido bem gradual, na história humana, o desenvolvimento da confiança em metais preciosos e em moedas, até se firmar, de modo praticamente universal, a certeza de que se podia confiar na capacidade aquisitiva do dinheiro em toda e qualquer parte que estivesse. Mas, estando razoavelmente estabelecida, essa segurança foi abalada pela ação dos governos que se puseram a aviltar o meio circulante e substituir a moeda metálica real por papel-moeda ou promessas, em papel, de pagamento. E, como era natural, assim que se processaram deslocamentos políticas e sociais de certo volume e seriedade, o mercado do dinheiro entrou a funcionar constringido e inadequadamente.” (WELLS, 1970, p. 201-202).

A título de exemplo, Wells faz comentários sobre os problemas enfrentados pelas jovens repúblicas, norte-americana e francesa, ao final do século XVIII e início do século XIX. Segundo ele, cada governo havia tomado empréstimos e emitido títulos de dívida pública, com um respectivo pagamento de juros. Porém, esses juros representariam custos superiores à arrecadação e, portanto, dificuldades de pagamento desses países. Ambas as revoluções teriam gerado não apenas o endividamento como também uma diminuição na produção de riqueza, o que teria impactado o potencial tributário. Em ambos os casos, terras teriam sido utilizadas como garantia da emissão de papel-moeda e dos títulos. Entretanto, a utilização do ouro no pagamento das dívidas, aliada à emissão exacerbada de papel-moeda e dos títulos, teriam gerado uma crise de “confiança” na população.

“Os Estados Unidos e a República Francesa começaram as suas respectivas carreiras nacionais entre graves dificuldades financeiras dessa natureza. Ambos os governos haviam tomado emprestado e emitido bônus em papel com garantia de juros, juros superiores aos que poderiam comodamente coletar. Ambas as revoluções haviam provocado não só empréstimos e gastos desesperados, como também a interrupção das culturas e da produção, o que ainda diminuiu mais a riqueza real tributável. Ambos os governos, não podendo pagar em ouro, recorreram à emissão de papel-moeda, com a garantia das terras inexploradas (na América), ou das terras recentemente confiscadas da Igreja (na França). Em ambos os casos, o quantum da emissão foi muito além da confiança dos homens na nova garantia. O ouro desapareceu da circulação, escondido pelos astuciosos ou mandado ao estrangeiro para pagamento das importações; e o povo se viu com as mãos cheias de toda sorte de títulos e notas, em lugar de moedas, todos de valor incerto e decrescente.” (WELLS, 1970, p. 202-203).

Assim, é muito significativo na interpretação de Wells que a confiabilidade da moeda seja um atributo básico fundamental para a dinâmica capitalista e a estabilidade social.

“Embora sejam complicadas as origens da moeda, como meio circulante, os seus efeitos práticos e o fim a que tem de servir na comunidade podem ser expostos, de modo sumário, em termos simples. O dinheiro que um homem recebe pelo seu trabalho (mental ou corporal), ou por privar a sua propriedade de alguns bens consumíveis, deve, em última análise, ser bastante para a aquisição de uma quantidade razoavelmente equivalente de bens consumíveis para o seu próprio consumo. (“bens consumíveis ou de consumo” é uma expressão que deveremos compreender no mais amplo sentido, incluindo mesmo coisas como viagens, conferências ou divertimentos teatrais, casa, conselho médico, etc., etc.). Quando cada um, na comunidade, tem isso garantido e está ainda garantido de que o dinheiro não diminuirá de poder aquisitivo, então a moeda (o meio circulante) está boa e sadia e, com ela, a distribuição dos bens pelo comércio. Então, e só então, os homens trabalharão alegremente. A necessidade imperativa dessa firmeza e segurança da moeda é portanto o dado fixo, a premissa, de onde devem partir o estudo científico e o controle da moeda.” (WELLS, 1970, p. 203-204).

Na sequência, o escritor inglês faz uma ponderação, admitindo a inexistência de um equilíbrio constante do ponto de vista dos preços e do poder aquisitivo. Assim, ele descreve situações que podem ser compreendidas como possíveis exemplos de processos de inflação, assim como o seu reverso, ainda que não utilize explicitamente esse termo.

“Mas, ainda sob a mais estável das condições, haverá sempre flutuações no valor da moeda circulante. A soma total dos bens consumíveis vendáveis no mundo e em diversos países varia de ano para ano e de estação para estação: o outono é, provavelmente, uma época de abundância em comparação com a primavera; com o aumento dos bens disponíveis do mundo, o poder de aquisição da moeda também aumenta, a não ser que haja simultaneamente um aumento de moeda em circulação. Por outro lado, se há uma diminuição na produção ou uma grande e desperdiçada destruição de bens consumíveis, tal como ocorre numa guerra, a porção do total de bens consumíveis representada por certa soma de dinheiro diminuirá e os preços e salários se hão de elevar. Na guerra moderna, a explosão de um grande projétil, mesmo que não atinja coisa alguma, destrói trabalho e material grosseiramente equivalentes a uma confortável pequena residência de campo, ou às férias de um ano para um homem. Se o projétil atinge alguma coisa, então essa nova destruição tem de ser acrescentada à diminuição dos bens consumíveis. Cada bala que explodiu na “Grande Guerra” *diminuiu* (grifo do autor) por uma pequena fração o valor aquisitivo de cada moeda, no mundo inteiro. Se há, além disso, um aumento de meio circulante durante o período em que os bens consumíveis estão sendo usados, mas não substituídos completamente – e as necessidades de governos revolucionários ou em estado de guerra quase sempre exigem isto – então, a exaltação dos preços e a queda no valor da moeda paga em salários ainda são maiores.” (WELLS, 1970, p. 204).

Até essa parte do texto de Wells, alguns pontos saltam aos olhos do leitor atento. Em primeiro lugar, está explícita a noção de que a moeda é resultante do amadurecimento lento e progressivo de “costumes e convenções, leis e hábitos mentais”. Desse modo, o autor defende que se trata de uma construção histórica e cultural. Simultaneamente, encontra-se presente a noção de que a interferência de governos, quaisquer que sejam, tende a ser danosa. Entre as razões políticas que interferem negativamente naquilo que Wells considera a lógica inerente do funcionamento das moedas, a qual busca didaticamente explicar, o autor ressalta as guerras e as revoluções. Não é pouco relevante que Wells utilize esses exemplos, pois realça aspectos relacionados ao caos e à destruição, particularmente, do seu próprio tempo histórico. Assim, caso não houvesse as interferências nefastas da política, haveria uma tendência lógica para a estabilidade na oferta de bens e na mecânica das moedas, dos preços desses bens e dos salários dos trabalhadores.

O estudo da moeda tem um caráter “científico”, segundo Wells. Seu manejo requer conhecimento e de forma alguma deve ser entendido como trivial. Mas, além da ingerência negativa da política, o autor destaca os egoísmos de “inteligentes” e “estúpidos”, que atuam em prejuízo da comunidade em geral. O autor não explica como exatamente tais egoísmos operam na prática. Porém, encontra-se presente a noção de que, se governos em dificuldades econômicas emitem títulos a juros, compensando com um aumento de impostos, essa situação se torna agravada com a interferência política dos mais ricos, os prováveis detentores dos títulos.

“Acresce a tudo isso que os governos, sob essas dificuldades, tomam ordinariamente dinheiro emprestado – isto é, emitem papéis ou títulos sujeitos a juros e garantidos pela boa vontade e capacidade da comunidade em geral para suportar as novas tributações. Ora, tais operações seriam difíceis e mais que difíceis, se fossem conduzidas, francamente, por homens perfeitamente honestos à plena luz do conhecimento científico. Mas nada disto sucede. Até aqui, pelo menos, há sempre

os egoístas inteligentes, a má espécie de gente rica, a procurar, em tais casos, desviar as coisas em seu próprio favor. E se por toda a parte há sempre esse egoísta inteligente, há sempre o egoísta estúpido, pronto a se assustar e entrar em pânico. E como resultado inevitável a vida do Estado perturba-se e desorganiza-se, embaraçada não só por um excesso de meio circulante, que nada mais é do que uma dívida que não paga juros, como também por uma grande sobrecarga de juros provenientes dos empréstimos. Tanto o crédito quanto a moeda começam então a flutuar, desesperadamente, com a inevitável evaporação da confiança pública. Ambos estão, dizemos, desmoralizados.” (WELLS, 1970, p. 205).

Wells entende que essa manipulação provoca uma inflação de preços e uma consequente erosão da capacidade de compra dos salários. Assim, no limite, ele acredita que há uma regressão das práticas econômicas associada a uma crescente instabilidade social.

“A consequência final de uma moeda inteiramente desmoralizada seria a de acabar com todo o trabalho e todo o comércio que não pudesse ser conduzido por pagamento em espécie ou troca. Os homens recusariam a trabalhar, exceto por alimento, roupa, casa e pagamento em espécie. A consequência imediata de uma moeda parcialmente desmoralizada é a de fazer subir os preços e tornar o comércio febrilmente aventureiro e os trabalhadores suspeitosos e irritáveis. Um homem sagaz não deseja, sob tais condições, reter o dinheiro em suas mãos senão pelo período mais breve possível; pede o máximo pelas coisas reais que possuir e compra outra coisa real logo que puder, com o fito de se libertar desse perecível material, o papel-moeda. Todos que têm rendas fixas e economizaram, sofrem com a elevação dos preços, e os assalariados verificam, com fúria crescente, que o valor real de seus salários é cada vez menor.” (WELLS, 1970, p. 205-206).

Em seguida, o autor faz uma longa explanação em que relaciona os dois “enigmas” fulcrais até então analisados: “propriedade” e “moeda.” Para ele, a corrente do pensamento revolucionário francês do final dos anos 1700, que privilegiou a proteção da propriedade privada como um dos seus principais objetivos políticos, também buscou maximizar “direitos, títulos e propriedade tangível” e concentrá-los em poucas mãos, em detrimento dos demais. Wells ressalta a convicção com que esses revolucionários agiriam, “sem nenhuma desonestidade consciente”, como se estivessem a cumprir seu “destino manifesto”. Uma vez bem sucedidos, teriam procurado em termos políticos a garantia da conservação de sua riqueza acumulada.

“Essa foi a situação a que levou o período revolucionário. Eis aí um estado de coisas em que o dever de toda pessoa inteligente seria, manifestamente, o auxiliar a ajustar e a reassegurar a máquina financeira. Mas todas as tradições da iniciativa privada, todas as ideias do século dezoito, surgiram para justificar a ação de pessoas hábeis, e sagazes em explorar a situação. Estes especuladores puderam-se acumular direitos, títulos e propriedade tangível, à custa das tempestades e deslocamentos dessa falência da moeda. O número de pessoas esclarecidas, que se devotou sincera e simplesmente à tarefa de restaurar a moeda honesta e eficiente e as condições do crédito, foi pequeno e ineficaz. A maior parte do pessoal financista e especulador do tempo estava a representar o papel dos apanhadores de salvados de naufrágio. E isto faziam, sem nenhuma desonestidade consciente, mas, pelo contrário, com a perfeita aprovação de sua consciência e o aplauso dos seus patrícios. O fito de toda pessoa inteligente passou a ser o de acumular tanto quanto pudesse de riqueza realmente negociável, então, e só então, trabalhar em prol de qualquer espécie de processo político que estabilizasse a situação e a deixasse na posse vantajosa de sua riqueza. Que melhores fatores serão precisos para se criar uma má atmosfera econômica, suspeitosa, febril, ambiciosa e especuladora?...”

É perceptível a intransigência de Wells às revoluções, sendo, no caso específico, à Revolução Francesa e à Revolução Americana. Se, anteriormente, Wells relacionou as mortes e a destruição do processo revolucionário francês com suas supostas ideias mal acabadas e sua evolução imatura e problemática, nesse momento, ele se esforça em expor a sua visão sobre os efeitos econômicos, concentradores da riqueza material e danosos à maior parte da população, que também seriam implicações das mesmas ideias.

Mas talvez o ponto mais importante a ser lembrado sobre a moeda, segundo Wells, seja a ideia de uma engrenagem histórica e naturalmente construída em que a “confiança” dos indivíduos e das comunidades é um atributo essencial para a sua continuidade e a atuação do Estado é entendida como potencialmente prejudicial ao seu funcionamento. Esse é um olhar que não permite considerar o poder e o Estado como basilares para a existência, utilização e perenidade da moeda.

Como observa Maurício Metri (2007), não é incomum que, de forma genérica, economistas e historiadores assumam a interpretação de que a moeda nasceu como um meio de tornar as trocas mais triviais e menos onerosas no lugar das práticas de escambo, assim como uma importante ferramenta auxiliar na atividade mercantil, concomitantemente ao surgimento dos mercados. Nesse sentido, a moeda é vulgarmente compreendida como uma “construção coletiva, realizada ao longo de séculos e manifesta em diferentes sociedades e épocas históricas; constitui-se num bem público, numa espécie de linguagem, numa técnica cuja utilização está à disposição de qualquer indivíduo” (METRI, 2007, p. 2). A visão defendida por Wells vai parcialmente ao encontro dessa leitura, o que será explicado adiante.

Segundo Metri, a tradição “mercadológica” da moeda, ao não conferir relevância ao seu aspecto político, não problematiza as características intrínsecas às diversas moedas, desde a sua constituição, como uma ferramenta singular para o exercício e expansão do poder e como forma de subjugar indivíduos, grupos sociais e Estados soberanos. Sua despolitização acarreta em um equívoco da leitura de certos eventos e processos históricos ao ignorar e não reconhecer os atributos e o potencial hierarquizante da utilização das moedas em benefício de quem tem a capacidade de impô-las e deliberar o que representam (METRI, 2007, p. 3).

Metri procura demonstrar que a formação histórica dos poderes soberanos entre os séculos XI e XV, na Europa Ocidental, passou pelo processo articulado de acumulação de poder e de riqueza, em que as moedas atuaram duplamente: primeiro, como uma ferramenta primordial dos chefes locais para constituir uma centralidade política, apoiada em um domínio territorial e um espaço de tributação, de forma a rivalizar com outros poderes concorrentes; indo além, convertendo-se paulatinamente na representação mais relevante da riqueza e, desse modo, na forma preferencial para a sua acumulação, assim como no referencial distintivo e organizador entre os que

disputavam os lugares mais importantes para a sua perpetuação (METRI, 2007, p. 3). Em suma, a centralidade da moeda nas relações de poder intraestatais e interestatais se tornou contínua, estendendo-se até a contemporaneidade.

Por um lado, parece escapar à análise de Wells outros pontos de vista que buscaram se distinguir da tradição “mercadológica” que naturaliza a moeda, apontando principalmente para as relações profundas entre a economia e a política e que considera a moeda como uma manifestação e um instrumento do poder. Por outro lado, o autor parece reconhecer o aspecto político, a diversificação de forças e suas influências na ideia de propriedade, em que pesem as diferentes acepções.

Por fim, uma questão pendente a que Wells dedica algumas reflexões diz respeito às relações internacionais. Ele afirma que, de forma semelhante às questões anteriores, os problemas se devem à ausência de ideias formadas ante ao caos revolucionário. Assim, o “estado de guerra” permanente da recém-criada república francesa, em que se incluem as reações contrarrevolucionárias internas e de outras monarquias europeias, teria afetado negativamente a propriedade privada e a moeda na França. A criação de novos impostos teria sido importante no financiamento da guerra, mas, ao fim, teriam sido incapazes de evitar a carência material e financeira. Nesse quadro, uma saída contraditória acabou por ser adotada.

Se os territórios estrangeiros haviam sido invadidos pela França em nome da ideia de liberdade, da autonomia e da libertação dos povos contra o despotismo do Antigo Regime, simultaneamente, esses territórios dispunham de variadas riquezas que então passaram a ser exploradas em benefício dos franceses, inclusive para viabilizar a continuidade do esforço de guerra. Assim, Wells alerta uma vez mais para as contradições do processo revolucionário, conduzido por um conjunto de ideias mal-acabadas: o “novo regime” se tornava cada vez mais parecido com o “antigo”. Eram outros os protagonistas, sem dúvida. Entretanto, abaixo da superfície das mudanças, escondia-se um oceano de permanências.

“No problema das relações internacionais, o terceiro aspecto em que a Revolução se viu desaparelhada da necessária bagagem de ideias claras, as surpresas não foram menores. Os novos fatos internacionais e os seus desenvolvimentos iriam reagir desastrosamente sobre o estado de aventura econômica e financeira, sobre aquela corrida e confusão desenfreada de especulação e sobre a atordoante rapidez com que se diluíam a sua propriedade privada e a sua posição monetária no país. A República esteve, desde o seu nascimento, em estado de guerra. Por algum tempo, pôde custeá-la com novos impostos, recebidos com patriotismo e zelo sem paralelos na história do mundo. Mas isso não poderia continuar. O Diretório viu-se à testa de uma nação conquistadora, intoleravelmente necessitada e embaraçada no interior, e ocupando no exterior terras estrangeiras cheias de riqueza arrebatável e de oportunidades materiais e financeiras. Ora, todos temos uma dupla natureza, a boa e a má, e os franceses, especialmente, cultivam, com certo senso de simetria e de equilíbrio, esses dois lados. Nessas terras conquistadas, a França entrara como libertadora, como a professora do republicanismo da humanidade. A Holanda e a Bélgica tornaram-se a República Batávia, Gênova e a sua Riviera, a República Ligúria, o norte da Itália, a República Cisalpina, a Suíça foi rebatizada de República Helvécia. Mülhaussen, Roma e Nápoles passaram a ser designadas de repúblicas. Agrupadas em torno da França, essas repúblicas

seriam a constelação da liberdade, conduzindo o mundo. Este era o lado ideal. Ao mesmo tempo, porém, o governo francês e indivíduos particulares franceses, em concerto com o governo, procediam a uma completa, exaustiva e desenganada exploração dos recursos desses estados libertados. Era o outro lado da natureza humana. [...] Passados dez anos, a contar da reunião dos Estados-Gerais, a Nova França começa a apresentar singular semelhança com a velha.. É mais entusiasta, mais vigorosa; usa o barrete da liberdade em vez da coroa; tem um novo exército – mas uma marinha antiquada; tem nova gente rica em vez da antiga gente rica; uma nova classe de camponeses trabalha ainda mais rudemente que antiga e sofre mais impostos; uma nova política exterior, curiosamente semelhante à velha política exterior, despida de suas vestes; e... não há nenhum milênio.” (WELLS, 1970, p. 207-208).

Por fim, é necessário fazer alguns comentários adicionais. Pode-se apreender no texto de Wells sua costumeira aversão às revoluções, conforme foi apontado em diversas ocasiões anteriores. Não é absurdo avaliar que o autor se mostra pessimista em relação às transformações trazidas pelas rupturas, que não se pode desconsiderar a força da conservação, particularmente, associada aos “egoísmos” humanos. Essas questões são abordadas por Wells com razoável frequência em suas obras.

Portanto, para que um “Estado mundial” seja construído a partir dos escombros da Primeira Guerra Mundial, é imprescindível um exercício de “prudência”. Ainda que seja a partir de um evento traumático sem precedentes, sendo, portanto, um tipo de ruptura, seus desdobramentos precisam acontecer mediante o devido esclarecimento prévio. Afinal, envolvem questões complexas, de difícil compreensão, como aquelas tratadas anteriormente pelo próprio autor: propriedade, moeda, relações internacionais, entre muitas outras. Decorre dessa imensa complexidade o imperativo de obras com teor educativo e pedagógico, mesmo que ficcionais, como os romances, contos e ensaios escritos por Wells, e não simplesmente obras lúdicas. Mas é um engano pensar que a “prudência” significa menor ênfase transformadora. Ao contrário, na visão de Wells, é através do esclarecimento coletivo e do uso da “prudência” que uma transformação ampla e radical pode se tornar viável, alcançando assim as profundezas das sociedades humanas.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. O conceito de história – antigo e moderno. In: _____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 69-126.

BLOCH, Marc. Uma nova história universal: H. G. Wells historiador. In: _____. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 256-269.

_____. Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986.

BOBBIO, Norbert; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale [et ai.], 5ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BROME, Vincent. **H. G. Wells: a biography**. Londres: Longmans, Green, 1951.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

CROUZET, Maurice. A renovação da vida intelectual e artística. In: _____. **História geral das civilizações**: a época contemporânea. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958. p. 100-115.

DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1914). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

DOWNEY, Richard. **Some errors of H. G. Wells**: a catholic's criticism of the "Outline of History". Nova Iorque: Benziger Brothers, 1921.

FALCON, Francisco. História das ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 139-188.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O imperialismo global**: teorias e consensos. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

FIORI, José Luís. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: Fiori, José Luís, MEDEIROS, Carlos, SERRANO, Franklin (org.). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008. p. 11-70.

_____. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, José Luís (org.). **O poder americano**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004. p. 11-64.

GOMME, Arnold W. **Mr. Wells as historian**: an inquiry into those parts of Mr. H.G. Wells's Outline of History which deal with Greece and Rome. Glasgow: MacLehose, Jackson and Co., 1921.

GONÇALVES, Williams. História das Relações Internacionais. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams (org.). **História das Relações Internacionais**: teoria e processos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007, p. 13-41.

_____. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. O campo teórico das relações internacionais. In: BRIGADÃO, Clóvis (org.). **Estratégias de negociações internacionais**: uma visão brasileira. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 89-103.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HUGHES, David. British "scientific romance". **Science Fiction Studies**, Greencastle, v. 14, n. 41, mar. 1987.

IACHTECHEN, Fábio Luciano. Evolução, progresso e universalidade: elementos do conceito de história em H. G. Wells. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

_____. **Gênero utópico e o discurso científico na ficção de H. G. Wells**. 2008. 99f. Dissertação

(Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

JASMIN, Marcelo. Futuro(s) presente(s). In: NOVAES, Adauto (org.). **Mutações**: o futuro não é mais o que era. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. p. 381-402.

_____. As armadilhas da história universal. In: NOVAES, Adauto (org.). **Mutações**: A invenção das crenças. São Paulo: Ed. SESC, 2011, p. 357-382.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta**: Que é esclarecimento?: textos seletos. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005. p. 63-71.

_____. **Ideia de uma história univesal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LANG, Andrew; ATKINSON, James Jasper. **Social origins and primal law**. Londres: Longsman Green & Co., 1903. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

McKILLOP, A. B. **The spinster and the prophet**: H.G. Wells, Florence Deeks, and the case of the plagiarized text. Nova Iorque: Publishers Group West, 2002.

METRI, Maurício. **Poder, moeda e riqueza na Europa medieval**. 2007. 205f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RÉMOND, René. **Introdução à história de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2015.

RODRIGUES, Henrique Estrada. A utopia no tempo, o tempo na utopia. In: FÓRUM DE TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

ROSS, William. **H. G. Wells world reborn**: the outline of History and its companions. Danvers: Rosemount Publishing, 2002.

SCHNERB, Robert. A era do cientificismo. In: CROUZET, Maurice (Org.). **História geral das civilizações**: o século XIX. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958. p. 109-119.

SHAW, George Bernard. **H G Wells**: the man I knew. 1946. Disponível em: <<http://www.newstatesman.com/archive/2013/12/h-g-wells-man-i-knew>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

WARD, A. C. **História da literatura inglesa**. Lisboa: Estúdios Cor, 1959.

WELLS, Herbert George. **A construção do mundo**. Tradução de Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. 2 v.

_____. **Experiment in autobiography**. Nova Iorque: Macmillan, 1934.

_____. **História Universal**. Tradução de Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. v.7.

_____. **The outline of History**: being a plain history of life and mankind. Nova Iorque: Sterling, 2004. 2 v.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-283-8

